

A necessidade de reformar o sistema monetário internacional

Lívia Lopes da Conceição

Em julho de 1944, representantes da Aliança das Nações Unidas reuniram-se em Bretton Woods para discutir a reconstrução do capitalismo mundial, em um sistema que fosse liberal, multilateral e expansionista; sob as propostas de John Maynard Keynes (britânico) e Harry Dexter White (americano).

As ideias de Keynes eram mais sensatas que as de White. Em suma, o primeiro rejeitava um padrão monetário internacional pautado em moedas nacionais, pois isso convergia para a moeda de um único país sendo condicionada à cédula internacional, tornando a economia mundial vulnerável as decisões políticas do mesmo. Assim como era contra a adoção do padrão-ouro, porque a disponibilidade de moeda dependia de um fator exógeno que era a oferta de ouro.

Sua proposta consistia na criação da Câmara de Compensações Internacionais (ICU), que centralizaria todos os pagamentos referentes às importações e exportações de bens, serviços e ativos, dos quais os bancos centrais seriam membros e teriam as transações financeiras registradas como crédito quando houvesse entrada ou como débito quando houvesse saída. Para que o sistema não ficasse refém de uma moeda física, como o ouro ou o dólar, uma *escritural* de uso exclusivo aos bancos da ICU seria criada, chamada de *bancor*; permitindo a liquidez internacional.

Keynes também propunha que se um país estivesse com déficit na balança de pagamentos passaria pelo “ajuste deflacionário” para gastar menos e o superavitário deveria importar mais do deficitário; caso não o fizesse, pagaria multa. Segundo ele, não havia déficit sem que houvesse superávit em algum lugar.

Já White queria evitar as desvalorizações competitivas e barreiras comerciais, visto que essas eram as principais retrações da expansão americana. Ele propôs o ouro como instrumento de reserva internacional, seguindo uma paridade cambial fixa, porém reajustável se fosse permitido pelo Fundo de Estabilização que examinaria e orientaria a política econômica dos países membros. Assim como sugeriu a criação do Banco Internacional cuja função seria financiar em curto prazo países com problemas na balança de pagamentos.

O acordo poderia ter sido mais justo e próspero, caso não tivesse a finalidade de ratificar e condicionar os outros países a hegemonia dos EUA. A supremacia americana ditou as regras do jogo. Porém, depois de quase 30 anos ele foi desfeito mais por questões políticas do que econômicas. Naquela época acreditava-se que o compromisso com a economia mundial restringia as políticas nacionais. Como os eleitores americanos nunca priorizariam a ordem monetária internacional em detrimento do crescimento interno, os EUA escolheram acabar com o sistema rompendo a conversibilidade do ouro em dólar.

De certa forma o pacto funcionou conforme o esperado, a união fez a força em prol do crescimento econômico mundial. Atualmente, um arranjo monetário aos moldes de Keynes pode ser proeminente para uma futura reorganização do sistema monetário internacional; visto que o mundo

está cada vez mais globalizado, as fronteiras só delimitam territórios e as crises recorrentes ganham dimensões globais.

Hoje em dia o fluxo de informações, capitais, investimentos, pessoas, bens e serviços tornou o mundo muito mais integrado e vulnerável. Não se pode evitar ou questionar o efeito borboleta na economia mundial. Uma mudança política econômica em um país vai sim afetar outros na mesma ou em maior proporção. Uma crise nos EUA provocam recessões e quedas no crescimento econômico mundial. Uma especulação, um atentado, uma guerra, uma mudança na taxa de juros, em suma, muitos fatores que ocorrem em uma determinada nação reverberam em outras, tornando a escala do problema maior ainda.

Os países ao longo da história cansaram de praticar a chamada desvalorização competitiva ou política de empobrecimento da vizinhança, que consiste em desvalorizar a taxa de câmbio para obter ganhos comerciais ou diminuir o impacto da desaceleração econômica. Conseqüentemente isso gera práticas agressivas no comércio, adoção por outros países para não se sentirem prejudicados e disputas políticas que no passado eclodiram em guerras. O Brasil no momento utiliza desse artifício assim como a China. Se não houver mecanismos reguladores a prática levará a uma pandemia de desvalorizações e a um retrocesso mundial. O que pode ser evitado com a proposta de Keynes sobre a criação de uma instituição cujas taxas são fixas, podendo ser reajustáveis de modo a diminuir os efeitos colaterais quando um país se encontra deficitário. Além disso, o país que se encontrasse deficitário teria ajuda da ICU para controlar seus gastos e do país superavitário obrigado a importar mais.

Outros causadores de distúrbios na economia são as inovações financeiras, a livre mobilidade de capitais e sobretudo a especulação; sendo responsáveis pelas frequentes crises na balança de pagamentos e nas de liquidez e solvência.

O mercado financeiro se tornou tão integrado, globalizado e homogêneo que a falta de um sistema regulador, cria desordem e faz prevalecer o caos. Fazendo analogia, o mercado de ações é comparado ao corpo humano, em que cada agente representa uma célula que atua em benefício próprio comprando ou vendendo ações. Porém é um corpo sem cérebro, pois a falta da parte vital que comanda as demais permite a disseminação de especuladores e seu contágio. Tornando o mercado uma espécie de grande cassino global, gerador de instabilidade financeira resultante da própria forma de operação que não contém uma estrutura capaz de exercer o papel de market maker global.

O controle dos fluxos de capitais de curto prazo associado à criação do *bancor* que não é passível de acumulação por parte do setor privado; atenuaria as especulações fazendo dessa prática que é inerente ao sistema menos disruptiva e garantiria a liquidez internacional.

Logo, conclui-se que é necessária a reestruturação do sistema monetário internacional por meio das propostas keynesianas, capaz de evitar as instabilidades do mercado, conter as crises e ao mesmo tempo permitir a expansão e a prosperidade econômica. Os erros do passado devem ser corrigidos e os acertos aperfeiçoados para um novo rearranjo, um segundo Bretton Woods, uma nova tentativa.